

Debate evidencia pontos de consenso

por Célia Roseblum
de São Paulo

Ficaram evidentes vários pontos de convergência entre os nove candidatos à Presidência da República que participaram na última segunda-feira à noite, em São Paulo, do "1º Encontro dos Presidenciais", promovido pela Rede Bandeirantes de Televisão. Pressionados pelo tempo médio de dois minutos permitido para as respostas, representantes das mais diversas correntes políticas e ideológicas reduziram questões polêmicas como dívida interna e externa, combate à inflação, privatização e papel do Estado a pontos consensuais.

O primeiro ponto em comum foi a oposição ao governo Sarney e as críticas à sua administração. Um aspecto que uniu a todos, inclusive ex-ministros como Aureliano Chaves (PFL), Affonso Camargo (PTB), que se igualaram aos demais candidatos que compareceram ao debate: Mário Covas (PSDB) Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ronaldo Caiado (PSD), Guilherme Afif Domingos (PL) e Roberto Freire (PCB). A participação no encontro foi recusada por Fernando Collor de Mello (PRN) e Ulysses Guimarães (PMDB), (ver matérias ao lado).

Combate sistemático à inflação como primeira medida do governo que tomar posse surgiu como uma das propostas conver-

gentes entre Covas, considerado de centro-esquerda, e conservadores como Maluf e Aureliano Chaves. Caiado e Afif informaram que vão implantar, no início de suas gestões, reformas administrativas para enxugar a máquina. Brizola anunciou que quer retomar o crescimento econômico, Lula pretende fazer um amplo levantamento para depois definir as metas e Freire acha necessária uma coalizão democrática para respaldar a administração.

Os candidatos também possuem, aparentemente, forte identidade nos projetos para o tratamento da dívida externa: todos defenderam mudanças nos padrões de negociação. O pagamento reduzido, baseado nos valores apontados pelo mercado secundário, seduziu Maluf e Covas. Brizola afirmou que o Brasil "não pode mais ser submetido a cláusulas coloniais". Freire e Lula pediram a suspensão dos pagamentos.

Temas de forte apelo eleitoral como distribuição de renda e recuperação dos salários foram referências quase obrigatórias nas intervenções. A utilização do Estado como instrumento numa distribuição de renda mais justa foi um projeto defendido por Freire e também por Covas. Lula apontou como solução transformar parcelas do lucro em salários e investimentos. Brizola declarou ser necessária uma revisão da questão tributária. Um caminho que é trilhado também por Maluf, que chegou a

propor isenção de Imposto de Renda para os assalariados que recebam até 10 mínimos.

Freire, Afif, Covas e Lula compartilham a opinião de que o Estado deixou de atender a interesses coletivos e dedica boa parte de seus esforços para respaldar atividades das elites. A tese de que o Estado teve sua função desvirtuada tem ainda a simpatia de Aureliano Chaves e Affonso Camargo, que fizeram defesas coincidentes pela manutenção do monopólio estatal em setores estratégicos.

"O tempo é muito curto, o que faz o debate não ser polêmico. Isto não é saudável", lamentou o presidente do PT, Luiz Gushiken. Para ele, o "tratamento diplomático" entre os candidatos impediu "que o choque de idéias aflorasse potencialmente". O embate, segundo entende, refletiria melhor "a grande disparidade de classes sociais no Brasil".

Para o vice na chapa do PDT, Fernando Lyra, o regimento "formalizou o debate". Segundo Mário Covas, a participação de nove presidenciais em um único encontro também atenuou os conflitos. Ronaldo Caiado avaliou que "o programa não deslanchou". Para ele as colocações foram muito teóricas. Nas quase quatro horas em que o debate ficou no ar, o candidato do PSD fez uma única proposta de governo, logo no início do debate, quando afirmou que pretende realizar uma reforma administrativa.